

## Políticas públicas e patrimônio cultural em Passo Fundo/RS: entre a valorização e o descaso

### Public Policies and Cultural Heritage in Passo Fundo, Rio Grande do Sul: between valorization and neglect

Enviado em: 28/01/2017

Aceito em: 28/01/2017

KNACK, Eduardo Roberto Jordão<sup>1</sup>

#### Resumo:

O presente trabalho objetiva empreender um debate teórico e conceitual sobre o patrimônio cultural com intuito de esclarecer dois processos de atribuição de valor a edificações que ocorreram no município de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. Um obteve sucesso, outro não encontrou respaldo no poder público e acabou abandonado. Autores como Joël Candau, Enzo Traverso, Llorenç Prats, François Choay, Alois Riegl, entre outros, constituem o corpo teórico incorporado no artigo para esclarecer possíveis relações entre patrimônio, história e memória no âmbito das políticas públicas locais. Essa discussão é fundamental para investigar as justificativas apresentadas nos projetos analisados (o projeto de lei que tramitou na Câmara de Vereadores da cidade e um projeto elaborado por um integrante da comunidade para transformar um prédio em centro cultural, que não foi levado adiante), procurando compreender porque um obteve sucesso e outro não.

**Palavras-chave:** políticas públicas. patrimônio.memória.

#### Abstract:

The following study aims to create a theoretical and conceptual debate on cultural heritage to elucidate the case of two legislative bills officially recognizing the cultural and historical value of buildings in the city of Passo Fundo, Rio Grande do Sul, in southern Brazil. One of these bills was in the *Câmara de Vereadores* (City Council) and was enacted into law. The other bill, a project proposed by a citizen to turn a building into a

---

<sup>1</sup>Doutor em História pela PUCRS, Pós-doutorando no PPG Memória Social e Patrimônio Cultural/UFPel. E-mail: eduardorjk@yahoo.com.br

cultural center, was subsequently not supported by the government and then discarded. Authors like Joël Candau, Enzo Traverso, Llorenç Prats, François Choay, Alois Riegl, among others, comprise the theoretical body included in this study to elucidate potential links between heritage, history and memory where local public policies take action. This debate is crucial to investigate the justifications presented in each of bills in question, and understand why one bill was enacted into law and the other rejected.

**Keywords:** public policies, heritage, memory.

## Considerações iniciais

Quando o patrimônio histórico ou o que ele representa para uma comunidade é escolhido como objeto de estudo, primeiramente, é necessário esclarecer a noção de cultura e bens culturais, especialmente se a discussão objetiva elucidar políticas públicas culturais que envolvem processos de patrimonialização. Como Meira (2004, p.24) indica, "preserva-se o conjunto de bens materiais e imateriais que afirmam ou revelam uma cultura [...]." Por esse motivo, para entender o que é um patrimônio deve-se primeiramente compreender o que é um bem cultural, sua função, seu sentido e seu significado para a comunidade em que está inserido. Para Durham (1984, p.26) a cultura é um movimento de criação, transmissão e reformulação de um sistema simbólico criado pelo homem.

Cultura seria a forma como os homens transformam a realidade, conseqüentemente, toda produção material feita pelo homem é também "imaterial", toda produção humana utilizada com regularidade dentro da sociedade e assimilada coletivamente possui uma "aura"<sup>2</sup> imaterial. A cultura não é apenas o objeto produzido, mas o significado atribuído a ele pela sociedade, bem como a técnica e a arte que o produziram. Burke (2005) indica que a expansão dos estudos culturais na história foi marcada por uma aproximação com a antropologia. Entre os antropólogos que mais influenciaram essa aproximação, Burke destaca Clifford Geertz e sua teoria interpretativa da cultura.

Geertz (1978) compreende a cultura como um padrão historicamente transmitido de significados incorporados em símbolos, um sistema de concepções

---

<sup>2</sup> Referência ao conceito de Benjamin (1975), retomado por Maffesoli (2001) para caracterizar o conceito de imaginário. Para Benjamin, aura seria o significado, ou o valor, relacionado à autenticidade de uma obra de arte. Maffesoli parte dessa noção de aura para definir o imaginário como uma "atmosfera", que envolve os sujeitos de uma sociedade em uma determinada época.

herdadas, expressado em formas simbólicas, por meio das quais os homens se comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e atitudes acerca da vida. Essa visão compreende cultura como um texto, como teias que ao mesmo tempo que são produzidas pelos indivíduos também os envolvem, assim, diversas práticas revelam conexões mais amplas com a vida de uma comunidade. Os processos de patrimonialização, os discursos sobre o patrimônio, podem ser compreendidos a partir dessa concepção. Para Gomes (2011, p.40), a cultura se reproduz a partir da "transmissão de significados culturais" por meio da "linguagem e do comportamento ensinado, emulado e aprendido pelos novos membros da comunidade."

A cultura, nessa perspectiva, consiste em estruturas de significados socialmente estabelecidos - um fenômeno psicológico. É um sistema entrelaçado de signos interpretáveis (ou símbolos), ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível, isto é, descritos com densidade. Estudos sobre o patrimônio e seus discursos podem revelar comportamentos e práticas mais profundas de uma sociedade. "Estudar a cultura é portanto estudar um código de símbolos partilhados pelos membros dessa cultura." (LARAIA, 2009, p.63).

Nesse sentido, cultura refere-se também à manipulação humana e ao uso de determinado objeto (ou edificação) que, depois de ser utilizado pelo homem, torna-se um bem cultural e exerce uma função na sociedade diferente daquela de sua origem. Assim, ele adquire e constrói um significado no cotidiano dos sujeitos. Se ele não exercer nenhuma função, perde seu valor, seu significado utilitário para comunidade, entra em um estado adormecido mas, quando volta a ser incorporado na sociedade, ele desperta, retorna à vida, assumindo outras funções, adquirindo outros significados, submerso e participando de outras relações sociais. Partindo destas considerações sobre o conceito de cultura é possível entender os processos de patrimonialização de determinados bens culturais como práticas que integram, ou revelam, relações e significados que vão além de uma simples valorização de um prédio ou qualquer outro bem cultural. Projetos e atividades de ensino que envolvem o patrimônio cultural de uma comunidade devem ir além do simples culto (CHOAY, 2006) destinado à preservação e construção de lugares de memória (NORA, 1993), pois é fundamental descobrir esse complexo de significados atribuídos durante o "despertar" de um bem como patrimônio.

Podemos verificar esse processo de “despertar” um bem cultural quando um objeto é doado a um museu. Um móvel ou um instrumento de trabalho que perdeu seu uso frente às transformações tecnológicas da sociedade, quando doado ao museu para fazer parte de uma exposição, tem seu significado despertado, transformado, o que o torna agora um bem cultural novamente. Devido a sua carga simbólica impregnada por uma função já desempenhada, ele tornou-se um patrimônio histórico, ou, como propõem Prats (1998), ele passa por uma “ativação patrimonial”. Mas esse adjetivo “histórico” não é imanente, essa transformação do objeto não é natural, são os homens que promovem essa mudança atribuindo novos valores, ressignificando e ativando os objetos. Riegl (2013, p.15) afirma que: “o sentido e a importância dos monumentos não cabem às próprias obras em virtude da sua determinação originária, mas somos nós, modernos, quem lhes atribuí”, são os sujeitos que vivem o presente que ativam e atribuem valor ao patrimônio. Para Carvalho (2002, p.389), a noção de bem cultural ainda está associada aos exemplares da memória nacional, amplamente divulgados, inscritos na “memória forte” (TRAVERSO, 2012; CANDAU, 2012).

Muitos bens culturais são tombados apenas por seu valor “material”, ou seja, por seu valor documental, “onde o saber especializado coleta, classifica, analisa, confere valores e determina os bens investidos de uma simbologia especial [...]” (MEIRA, 2004, p.16). Por exemplo, pode-se tomba uma edificação simplesmente porque ela tem uma importância arquitetônica, no sentido do prédio ter sido construído com uma técnica singular, mesmo que tal edifício não tenha uma marca profunda na memória e, conseqüentemente, na identidade de diferentes grupos de uma comunidade. Porém, tal patrimônio corre o risco de cair no esquecimento e, literalmente, tomba frente a fenômenos e impulsos de modernização e urbanização. O patrimônio, em geral, não deve ser tombado apenas pelo seu valor documental, oriundo de um saber técnico, mas também pelo seu valor sentimental, pelo significado que a sociedade atribui a ele.

Para Zamin (2006, p.30), o patrimônio, em diferentes escalas (região, nação ou humanidade), “não tem uma existência *apriorística*”, é uma construção vinculada a valores próprios dos sujeitos e das instituições que estão envolvidas no processo de tombamento. Nesse sentido, envolvem verdadeiros trabalhos de memória (POLLAK, 1989), disputas entre “memórias fortes” (características dos sujeitos que conquistam e se estabelecem entre lideranças políticas e econômicas, com o poder de afirmar, legitimar o passado de seu grupo como memória e história de toda comunidade) e

"memórias fracas" (dos grupos e sujeitos aliados das esferas de poder que decidem sobre o destino, construção, destruição, lembrança e esquecimento de monumentos, edificações, espaços e tradições) (TRAVERSO, 2012; CANDAU, 2012).

Os bens patrimonializados compõem uma "metamemória" (CANDAU, 200; 2012), representações da memória dos grupos que o selecionam e o legitimam, politicamente e socialmente, como patrimônio. Nesse sentido é possível falar em uma "memória coletiva" (HALBWACHS, 2006), levando em consideração os processos de compartilhamento de representações sociais e seus usos no presente. (FERREIRA, 2011, p.102; FERREIRA, 2012, p.14). O presente trabalho procura analisar dois casos, dois processos de patrimonialização, um que obteve sucesso, e outro que não prosperou, mas ambos estão relacionados ao "mnemotropismo" (compulsão memorial) (CANDAU, 2010) que levou aos processos de patrimonialização em Passo Fundo na década de 1990. Ferreira (2011, p.103) levanta algumas questões que são fundamentais para o propósito dessa investigação:

A essas emergências memoriais-patrimoniais do presente são lançadas algumas indagações importantes que balizam estudos sobre esse processo: quais mecanismos são utilizados para transformar as memórias em patrimônio? Que atores sociais se envolvem nesse processo? De que memórias se fala e como são mobilizadas e transformadas nesse contexto?

Concordando com Young (1993, p.2), "memory is never shaped in a vacuum; the motives of memory are never pure", especialmente aqueles motivos evocados para justificar processos de patrimonialização, que envolvem valores e referências identitários de uma comunidade. Esses valores são variáveis no espaço – tempo e ressaltam as características políticas da ação de tombamento de um patrimônio, por isso estudos sobre os usos da memória patrimonial são importantes. As orientações dispostas na cultura política de determinado contexto podem sofrer transformações, modificando a percepção desses atores sobre as políticas patrimoniais e mudando inclusive o sentido do próprio patrimônio (os que já se encontram tombados e aqueles que passam a representar as alterações culturais de determinado período). De acordo com Possamai (2000, p.17), "é na atribuição de determinados valores – nacional, histórico, artístico, arquitetônico, paisagístico, afetivo, entre outros – que se opera a definição do que será considerado patrimônio", esse valor não se encontra apenas "nas suas características físicas e morfológicas, mas em tudo que ele passa a

representar, como a identidade" de determinados grupos, cidades ou mesmo de um país.

### **O valor do patrimônio**

As investigações sobre o valor do patrimônio histórico, e mais especificamente, quem atribui esse valor ao patrimônio e em que esse valor está baseado, seja na legislação vigente, ou na falta de uma legislação específica (como no caso de alguns municípios), são importantes indicativos para compreensão da "identidade do patrimônio".<sup>3</sup> As justificativas históricas elaboradas por determinados grupos são importantes para entender o sentido que o patrimônio histórico pretende afirmar (ou negar) frente à sociedade. Contudo, cabe lembrar, nem sempre esse sentido é o significado assimilado pela coletividade, pois, como Vieira (2008, p.136) ressalta, "o valor de cada bem é atribuído em função de inúmeras intervenções de ordem cultural, social, econômica, política e, inevitavelmente, ideológica." Ou seja, são diferentes fatores que estão presentes e orientam diferentes grupos da sociedade na seleção dos bens que se transformam em patrimônio histórico. Os estudos sobre a atribuição de valor ao patrimônio encontram referência na obra de Riegl (2013) sobre o culto moderno dos monumentos.

Riegl (2013, p.9) entende que os monumentos são construídos com o objetivo de "conservar sempre presentes e vivos na consciência das gerações seguintes feitos ou destinos humanos particulares (ou conjunto de tais feitos e destinos)." Partindo dessa concepção, o autor indaga o que é um valor artístico ou histórico de um monumento, compreendendo como "histórico tudo o que existiu e que já não existe no presente." (RIEGL, 2013, p.10). Esse valor histórico é sempre atribuído no presente, independente se o monumento é "intencional" (criado para lembrar, investir uma memória de grupos sobre acontecimentos à determinado objeto) ou "não-intencional" (que não foi criado para ser um monumento, para lembrar algo, mas que foi patrimonializado). Ao postular que a noção de evolução, portanto, é fundamental para

---

<sup>3</sup>O termo "identidade do patrimônio" refere-se ao processo de patrimonialização, envolvendo os valores atribuídos aos bens nas tentativas de "cristalizar" uma memória em torno de edificações tombadas, portanto, está próximo da noção de "metadiscursos", que "alimenta o imaginário dos membros de um grupo ajudando-os a pensarem em si próprios como uma comunidade" (CANDAU, 2005, p.100). Se afasta, portanto, das "retóricas holísticas" (CANDAU, 2012). Como Hall (2002, p.14) indica, as sociedades modernas são definidas pela mudança constante, pelos deslocamentos e pela fragmentação, caracterizadas pela diferença, os discursos patrimoniais, colocados como representações da memória de determinados grupos (metamemória) exteriorizados, buscam se apropriar do passado, da memória, suprimindo diferenças. Por isso, e nesse sentido, é possível falar em "identidade do patrimônio".

entender os monumentos, Riegl possibilita ao pesquisador pensar a relação do patrimônio com o tempo. No caso da relação entre patrimônio e modernização do espaço urbano essa relação é clara, pois a preservação patrimonial busca proteger aquilo que se perdeu, ausências observadas e sentidas no presente.

Choay (2006, p.137) indica que a consagração do monumento histórico ocorre com advento da industrialização, especialmente no transcorrer do século XIX. Na França, em meio à perda de edificações consideradas históricas, de obras de arte e transformações urbanas em prol do progresso e da modernidade, começam a emergir discussões sobre a preservação do passado. "Confrontados com a industrialização, os franceses se interessam essencialmente pelo valor nacional e histórico dos edifícios antigos e tendem a promover uma concepção museológica deles." (CHOAY, 2006, p.138). Mas esse "culto aos monumentos" convivia com uma espécie de "culto da modernidade", do progresso, do futuro. Já na Inglaterra, os monumentos históricos eram considerados parte integrante da urbe, "são necessários à vida do presente; não são nem ornamento aleatório, nem arcaísmo, nem meros portadores de saber e de prazer, mas parte do cotidiano." (CHOAY, 2006, p.139).

Dois modos de conceber o patrimônio, um por uma atribuição de valor intencional, que busca preservar edificações consideradas históricos pelos políticos e intelectuais empenhados em assentar a história da pátria em raízes longínquas; outro que entende monumentos, especialmente aqueles mais antigos (ruínas de casarões e castelos) como parte integrante da paisagem de um país, movimento que naturaliza, ou associa, o antigo à memória de uma comunidade. Esses dois olhares são afetados pelo intenso ritmo de transformações urbanas que afetou o mundo a partir da revolução industrial. A industrialização acelerou uma completa reorganização das grandes cidades durante o século XIX, e tardiamente em países da América Latina entre fins de 1800 e ao longo do século XX.

Partindo dessas considerações relativas ao valor atribuído e a intencionalidade da memória, uma edificação, ao ser tomada como objeto de estudo, enquanto patrimônio histórico-arquitetônico portador de identidade(s) para a cidade, tem sua compreensão ampliada para a dimensão das representações, deixa de ter apenas um sentido instrumental e passa também a ser reconhecida como parte da história e parte desse mundo simbólico, imaterial e sensível em que se encontram os bens culturais e os significados, os valores atribuídos a eles. Olhar para um prédio e compreendê-lo

apenas através de uma visão funcionalista é negar aspectos históricos e culturais envolvidos na construção e patrimonialização dessa edificação.

A própria arquitetura, como área do conhecimento, reconhece a importância do significado, a necessidade que os sujeitos têm de se identificar com o lugar que habitam. As edificações, prédios, ruas, praças, calçadas, etc. que compõem o espaço urbano de uma cidade não devem ceder radicalmente a um processo de verticalização como ocorreu em Passo Fundo, mais especificamente, em seu espaço central, onde acontece um choque entre uma zona comercial e habitacional. O “centro” da cidade não pode ser compreendido apenas por um viés técnico, instrumental, servindo apenas para as necessidades profissionais e habitacionais, seu lado humano, subjetivo, simbólico deve ser considerado e conciliado à utilidade.

Na década de 1950, Passo Fundo iniciou um processo de modernização e verticalização, que procurou construir um centro urbano apropriado para uma “capital do planalto” (um centro da região norte do estado do Rio Grande do Sul), destruindo paulatinamente os referenciais de identidades que não condiziam com esse imaginário. As poucas edificações que sobreviveram a esse ímpeto de modernização pertenciam a sujeitos que faziam parte do restrito grupo das elites político-econômicas da cidade, como prédios de instituições político-religiosas, e outros que representam o desenvolvimento econômico e industrial da cidade. Essa visão pragmática e funcionalista vinculada ao mercado imobiliário promove reformas urbanas, derrubando seu próprio passado, seus próprios referenciais em prol do lucro pela verticalização (multiplicando espaços, principalmente na área central). Toma vulto a “cidade genérica”, a “cidade sem história” (KOOLHAAS, 2010), especialmente a área central de cidades de grande e médio porte, que enfrentam necessidades e forças que atuam na renovação do espaço urbano, por um lado, e por outro agentes que buscam preservar identidades, manter o “histórico” intacto frente aos ímpetos do progresso. Berman (1986, p.98) explica essa contradição dos “monumentos burgueses”:

O *pathos* de todos os monumentos burgueses é que sua força e solidez material na verdade não contam para nada e carecem de qualquer peso em si; é que eles se desmantelam como frágeis caniços, sacrificados pelas próprias forças do capitalismo que celebram. Ainda as mais belas e impressionantes construções burguesas e suas obras públicas são descartáveis, capitalizadas para rápida depreciação e planejadas para se tornarem obsoletas; assim, estão mais próximas, em sua função social, de

tendas e acampamentos que das "pirâmides egípcias, dos aquedutos romanos, das catedrais góticas."<sup>4</sup>

À medida que a urbe cresce, que sua população aumenta, é ainda mais difícil manter o passado, corporificado como patrimônio, preservado. Além de serem poucas edificações que restaram para serem tombadas, elas representam uma parcela pequena da sociedade. No caso de Passo Fundo, as casas e prédios que representavam outros grupos, como por exemplo, descendentes de escravos (conflito que será aprofundado no decorrer desse trabalho), bairros operários, entre outros, foram sendo demolidas ou abandonadas pelo poder público, caindo em descaso. O patrimônio histórico-arquitetônico que sobreviveu ao desenvolvimento urbano da cidade justamente por pertencer ou a instituições públicas e religiosas ou a membros das elites econômicas e políticas, foram aqueles que tinham recursos para manter seu patrimônio frente à crescente valorização dos espaços na área central.

Concordando com Fiore (2005, p.24), "de longe, a maior parte da arquitetura está num meio público, impondo sua presença a toda uma comunidade, a um público que não escolheu se deseja apreciá-la ou não". Além dos prédios que representam essa verticalização não serem escolhidos pela comunidade, eles foram construídos em cima dos seus referenciais históricos, da sua identidade. O descaso, a depredação que o patrimônio tombado sofre, em inúmeros casos, são indicativos de que talvez a comunidade não se identifique com esses bens, tanto pela falta de um processo de educação patrimonial intenso, quanto pela própria elitização do patrimônio histórico.

O patrimônio histórico arquitetônico é apenas um símbolo dentro da cidade que revela práticas culturais, formas de conceber, dar sentido e valorizar o passado, o presente e o futuro. Uma representação que mostra a identidade que esse patrimônio remete, em meio a tantas outras que poderiam ter sido elencadas pelos diferentes grupos que compõem a sociedade. A análise do patrimônio também demonstra os conflitos sociais resultantes da construção histórica de um modelo cultural que

---

<sup>4</sup>Caso exemplar desse "sacrifício" dos "monumentos burgueses" em Passo Fundo foi a derrubada da Casa Gabriel Bastos. Essa edificação era indicada para o tombamento como patrimônio histórico municipal pela Lei Nº 3911 de 10 de Junho de 2002 (Câmara Municipal de Vereadores de Passo Fundo), porém, foi demolida no dia 2 de abril de 2006, em uma manhã de domingo (VIAECO, 2006). Em seu lugar foi construído um "arranha-céu", fruto de interesses econômicos da especulação imobiliária que caracteriza inúmeras transformações urbanas nas cidades de grande e médio porto do país. Essa lei apenas indicava a edificação para o tombamento, não tombava efetivamente, o que possibilitou uma brecha para sua demolição. Além do estilo arquitetônico, o valor histórico atribuído se fundamentava no prócer do Partido Republicano Rio-Grandense, Gabriel Bastos (que ali residia), e no Banco Popular, um dos primeiros a funcionar na cidade, de propriedade do mesmo ilustre morador do casarão. Um monumento ao capitalismo e aos líderes políticos municipais do passado, que sucumbiu devido aos interesses capitalistas do presente.

orientou as ações políticas da sociedade passo-fundense, conflitos muitas vezes silenciosos, justamente porque o modelo cultural construído/adotado pelas elites municipais dissimulou problemas e interesses divergentes aos seus objetivos. A própria elitização do patrimônio histórico (bens que remetem aos valores alimentados por grupos que configuraram lideranças políticas e econômicas municipais) expõe um conflito silencioso. Possamai mostra a importância para a história de estudar os “lugares de memória”, como arquivos, bibliotecas, museus, monumentos, patrimônios, entre outros:

[...] investigar os lugares de memória pode fornecer pistas interessantes aos estudos históricos. Os processos de criação, difusão e perpetuação dos lugares, que podem estar situados no âmbito simbólico e do imaginário de uma dada sociedade, podem apontar “sintomas” sociais de camadas mais profundas. (POSSAMAI, 2002, p.336).

Possamai (2002, p.335), fazendo referência a Pierre Nora, diz que os “*lugares de memória*” seriam aqueles elementos destinados a fazer uma ligação entre o passado e o presente dos indivíduos, congelando o tempo”. A investigação do patrimônio histórico arquitetônico de Passo Fundo (KNACK, 2007; KNACK, 2013; KNACK, 2016) revelou a construção de um imaginário da cidade por parte de determinados segmentos, fruto de uma cultura alimentada pelas elites políticas e econômicas, bem como uma espécie de “conflito silencioso” em torno da elitização desse próprio patrimônio, sendo ele mesmo um entre outros símbolos que expressam esse imaginário.

Nora (1993, p.7) observa a emergência de “lugares de memória” em função das aceleradas transformações que invadiram o mundo durante o século XX. Esse ritmo constante de transformações, especialmente nos centros urbanos, esfacelou a “memória verdadeira, social”, o que impeliu a necessidade da construção de locais de memória, justamente “porque não há mais meios de memória.” Esses lugares emergem em função da falta de uma memória espontânea, e por isso as sociedades contemporâneas criam arquivos, museus, celebrações, entre outras atividades e espaços voltados para o passado (POSSAMAI, 2013). A busca pela preservação patrimonial nas sociedades contemporâneas resultaria, partindo dessa perspectiva, da necessidade de criar lugares para cristalizar memórias que se perdem frente a rapidez, a aceleração das transformações que marcam nossa sociedade.

## **Políticas públicas: entre valorização e abandono do patrimônio**

Para exemplificar questões relativas ao valor atribuído ao patrimônio, sua ativação patrimonial, o estabelecimento de lugares de memória, bem como operações de seleção e afirmação das "memórias fortes" e esquecimento das "memórias fracas", o presente item apresenta dois casos. Um que passou por um processo de patrimonialização, e outro que foi ignorado pelo poder público: os prédios onde funcionaram a Intendência Municipal, a Câmara de Vereadores e o Clube Pinheiro Machado (hoje fazem parte do mesmo complexo cultural)<sup>5</sup>, tombados pelo município através de um projeto de lei, e o prédio onde funcionou o clube Visconde do Rio Branco, que não foi tombado, a despeito das iniciativas da comunidade afro-brasileira em tornar o local um centro cultural.

O complexo arquitetônico, que representa a maior expressão do poder público e de uma elite política (Intendência, poder público e Clube Pinheiro Machado, elite política), foi construído entre o final do século XIX e início do XX e guarda traços de uma arquitetura que ostenta símbolos da república e marca, simbolicamente, no centro da cidade, a participação do poder político no desenvolvimento urbano. Na época em que essas edificações foram construídas, eram os prédios mais modernos da região e símbolo do "progresso" frente aos municípios vizinhos. Com seu tombamento, foi cristalizada em torno do conjunto essa memória política. Tanto o saber especializado e técnico que observou a singularidade arquitetônica para o município, quanto o valor histórico atribuído aos prédios, estão atrelados a conhecimentos que não são amplamente partilhados por todos os munícipes. Nesse sentido, esses processos de patrimonialização acabam revelando uma política pública elitista, sem uma ampla participação ou envolvimento dos diversos grupos que compõem a comunidade em questão.

O conjunto arquitetônico que compreende os prédios da Intendência Municipal (hoje Museu Histórico Regional e Museu de Artes Visuais Ruth Schneider), Câmara Municipal de Vereadores (hoje Teatro Municipal Múcio de Castro), o Clube Pinheiro Machado (hoje Academia de Letras Passo-fundense) remetem às experiências políticas da cidade e suas funções exercidas hoje encerram algumas das principais

---

<sup>5</sup>Juntamente com a Biblioteca Municipal Arno Viuniski, o Museu Histórico Regional (prédio que foi Intendência Municipal), o Teatro Municipal Múcio de Castro (foi Câmara de Vereadores) e o Clube Pinheiro Machado (antigo clube político vinculado ao Partido Republicano Rio-Grandense), formam o Espaço Cultural Roseli Doléski Pretto, criado em 2003. Mais informações em: <http://www.pmpf.rs.gov.br/secao.php?t=11&p=126> (Acessado em 09/01/2017, às 14:01).

instituições culturais da cidade. No passado, constituíram o centro do poder no município. No presente, funcionam como instituições culturais importantes, abrigando e promovendo atividades e eventos que envolvem a comunidade local e regional. Tanto no passado, como no presente, exerceram uma importante função na vida urbana de Passo Fundo. De uma forma geral, os valores atribuídos aos prédios que compõem esse conjunto nos processos analisados giram em torno da importância política e cultural e das características arquitetônicas que, para o município, em função das intensas transformações ocorridas entre 1950 e 1990, constituíam exemplares últimos e, portanto, únicos.

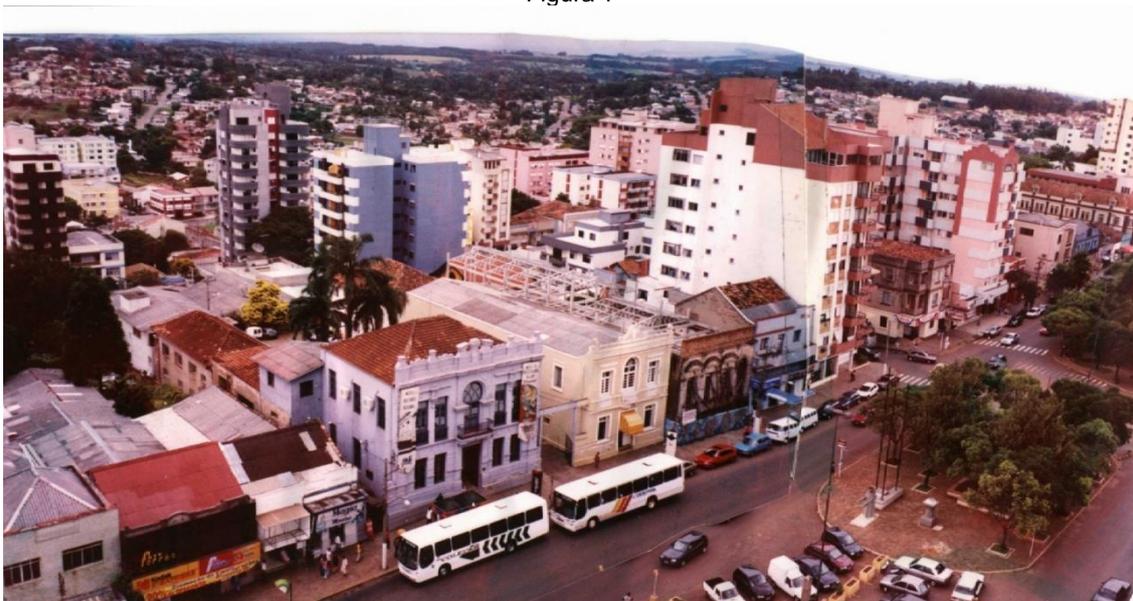
O prédio da Intendência Municipal está vinculada ao Partido Republicano Rio-grandense, pois foi o Cel. Pedro Lopes de Oliveira, em 1902, que adquiriu em nome do município de Passo Fundo o terreno onde este seria construído, mas apenas na administração do Cel. Gervásio Lucas Annes, em 1910, que sua construção começou. Os detalhes arquitetônicos, como pintura, decoração, entre outros materiais usados nas obras, foram determinadas pela capital do Estado, Porto Alegre. Em 1976, foi construído o atual centro administrativo da cidade, e o prédio passou a abrigar a junta Militar e outros setores da prefeitura. Em 1977, é criado o primeiro museu da cidade, o “Museu Histórico Cultural”, abandonado no final da década de 1980, juntamente com o prédio, que só vai ser utilizado novamente para abrigar, em 1996, o Museu Histórico Regional e o Museu de Artes Visuais Ruth Shneider. (PROCESSO Nº 043/90, 1990).

O Clube Pinheiro Machado foi construído em 1915 e também está associado aos próceres políticos da cidade, pois era o local onde os articuladores do Partido Republicano Rio-Grandense se reuniam. Em 1938, o clube passou a ser uma instituição controlada pela Prefeitura Municipal, devido às alterações ocorridas com o Estado Novo, e foi transformado em Grêmio passo-fundense de letras, abrigando também a biblioteca pública municipal e o Instituto Histórico e Geográfico. Em 1960, é inaugurada a Academia Passo-fundense de letras. O Teatro Municipal, que completa o conjunto arquitetônico tombado em 1990 tem sua construção iniciada em meados da década de 1880, finalizada apenas em 1889 para sediar o Clube Dramático Passofundense. Em 1911, a edificação começa a ser uma referência política para região, abrigando provisoriamente o Clube Pinheiro Machado e o poder Judiciário, bem como as instalações do jornal “O Gaúcho”, de orientação republicana. Posteriormente, entre 1940 e 1977, o poder legislativo ocupou o prédio. Em meados

de 1990, o prédio passa a abrigar o Teatro Municipal Múcio de Castro.(PROCESSO Nº 043/90, 1990).

O projeto de lei apresentado pelo vereador Alberto Poltronieri apresenta a seguinte justificativa para o tombamento: “os prédios que ora estamos propondo sejam tombados fazem parte da história de Passo Fundo, sendo nosso dever preservá-los a fim de manter o pouco que ainda resta da cultura e história de nosso município” (PROCESSO Nº 043/90, 1990). Porém, durante o trâmite nas comissões da casa, o vereador MerillesDuarte propõe que o prédio da Academia de Letras seja tombado parcialmente, tendo em vista as péssimas condições do interior do prédio, que tornavam inviável sua manutenção e restauração, indicando que apenas a fachada"preservará todas as linhas arquitetônicas da época e possibilita que no restante da área se construa uma moderna academia sem desfigurar o que foi aquele centenário prédio." (PROCESSO Nº 043/90, 1990).

Figura 1



Vista área dos prédios do Museu Histórico Regional, Teatro Municipal Múcio de Castro e Academia Passo-Fundense de Letras. (Fotografia de Tiana Mara Bortoluzzi; Acervo MHR; Prefeitura Municipal de Passo Fundo/Fundação Universidade de Passo Fundo)

A Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (CPHAE), vinculada ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Cultural (CODEC) envia um parecer, que foi anexado ao projeto de lei, indicando o tombamento completo do conjunto arquitetônico, e não apenas a fachada do prédio e alertando sobre a necessidade de envolvimento maior da comunidade no processo de patrimonialização

das edificações. Não obstante, a sugestão de Meirelles Duarte é aceita e uma comissão de engenheiros é enviada ao local e constata uma série de problemas, como telhas removidas, forro destruído, paredes internas e externas quase caindo, assoalho original removido. De qualquer forma, os engenheiros entenderam ser possível recuperar o prédio através da sua restauração, conduzindo o tombamento integral desse conjunto.<sup>6</sup> Durante a década de 1990, os projetos de restauração dessa edificação foram arrastados sem efetividade. É nos primeiros anos de 2000 que a Academia é restaurada, depois de ter sido interdita a área, com a fachada do prédio correndo o risco de cair na rua.

O clube Visconde do Rio Branco, construído em 1913, representa a memória dos escravos da região. Era um clube, um ponto de encontro de descendentes de escravos, um local de socialização desse grupo e foi excluído do processo de patrimonialização que envolveu a cidade na década de 1990 e início de 2000. Tombar tal prédio seria cristalizar uma memória que foi excluída, no mínimo posta de lado, reduzida pela historiografia tradicional da cidade. Tombar essa edificação iria contra o imaginário de “progresso civilizatório” da cidade, que fundamentou grande parte das justificativas históricas para os tombamentos baseadas em uma historiográfica local que praticamente excluiu de suas páginas indígenas, caboclos e africanos. Reconhecer o passado escravista de Passo Fundo e do planalto médio desbancaria o mito da democracia racial da região.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> Inicialmente, a decisão era de tombar apenas a fachada, mas inúmeras entidades da sociedade passo-fundense manifestaram seu pesar e protesto contra essa decisão, conforme consta reportagem do jornal O Nacional anexada ao PROCESSO Nº 043/90, 1990. Entre essas entidades constavam: estão o Grupo Pró – Memória, 3ª delegacia do Sindicato dos Arquitetos do R.S, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Passo Fundo, Instituto de Artes da UPF, Inspetoria do CREA – R.S, Grupo de Resgate da Obra Antonino Xavier e Oliveira da UPF, C.D.E. Carlos Barone e Coordenadoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Núcleo do CODEC. Consta na reportagem a seguinte justificativa que esses grupos deram para preservação integral do prédio da Academia: "Entendem que estes acontecimentos, 'iniciados de forma ilegal e atendendo a vontade de grupos imobiliários', devem ser impedidos pelo prefeito e vice-prefeito, ambos descendentes de famílias tradicionais da cidade, que para as entidades certamente se insurgirão contra estes atos de vandalismo a memória de Passo Fundo." (PROCESSO Nº 043/90, 1990).

<sup>7</sup> As justificativas para os tombamentos das edificações foram analisadas profundamente em KNACK, 2007 e KNACK, 2013. Autores como Francisco Antonino Xavier e Oliveira e Delam Rosendo Ghem foram identificados nos processos de patrimonialização analisados e suas posições que vão ao encontro da ideia de uma escravidão "amena" no estado e de que populações indígenas constituíram um empecilho para a "civilização" foram esclarecidas nesses trabalhos.

Figura 2



Clube Visconde do Rio Branco, 1940 (Fotografia cedida por Maria de Lourdes Isaias)

O Clube Visconde do Rio Branco foi construído para ser um centro de auxílio mútuo entre ex-escravos. Depois da abolição da escravidão, muitos ex-escravos não tinham perspectivas de trabalho, pois no final do século XIX, o imigrante europeu chegava na cidade. Foi fundado por diversas famílias de ex-escravos. Foi batizado primeiramente de Sociedade José do Patrocínio, rebatizado em 1916 como Clube Visconde do Rio Branco. Durante a década de 1990, o clube passou por dificuldades administrativas e financeiras e teve sua sede parcialmente destruída. Edy Isaias, descendente de umas das famílias fundadoras do clube, iniciou uma jornada para tentar restaurar e/ou transformar o clube em um centro cultural, jornada continuada por sua esposa Maria de Lourdes Isaias. De acordo com O Expresso Jornal (editado por Edy Isaias):

Com a fundação do Clube Visconde do Rio Branco, pelos filhos e netos dos escravos desta região, ficou estruturada a conservação da Cultura Negra em Passo Fundo, com apresentações teatrais. Na década de 70, criou-se dentro do Clube Visconde, o Grupo Zumbi, que reavivou todas as atividades dos antepassados, porém dentro de um trabalho, e dos mais altos estudos e pesquisas da tradição e do folclore afro brasileiros. (O EXPRESSO JORNAL, Passo Fundo, Outubro de 2001).

A atuação de Edy Isaias e de Maria de Lourdes Isaias enquanto difusores da cultura dos afro-descendentes está associada ao histórico do Clube, onde muitas das

atividades desse grupo era promovidas. O Projeto de Restauração do Clube Visconde do Rio Branco (2006), elaborado por Maira de Lourdes Isaias, apresenta como justificava para o restauro do prédio e sua transformação em centro cultural a falta de um espaço difusor da "cultura negra" (como se referia Edy Isaias). Também aborda o descaso sofrido pelos afro-descendentes, entendendo que "os negros sempre foram relegados a um proposital esquecimento histórico, como se aqui não existissem negros, ou fossem muito poucos e de diminuída preponderância na história da região" (ISAIAS, 2006).

Entre os objetivos do futuro centro cultural estariam: local para desenvolvimento de atividades relacionadas à difusão e aprimoramento das atividades e ações ligadas à cultura afro – brasileira na região; resgate da Sociedade Visconde do Rio Branco, caracterizando-a como pólo de geração e estimulação das variadas ações da comunidade negra da região; a existência de uma comunidade de origem negra, que no entanto não dispõem de um local específico para cultuar e preservar suas raízes, bem como um ponto de encontro e referência social para esta comunidade. (ISAIAS, 2006). A intenção de construir um espaço cultural no prédio que funcionou uma sociedade de auxílio mútuo de ex-escravos demonstra a importância atribuída ao patrimônio, o valor que esses grupos consagram ao edifício. Embora o valor arquitetônico da edificação não seja abordado no projeto (possivelmente por existirem outros exemplares daquela arquitetura na região), a memória respalda o interesse em sua preservação para os afro-descendentes. Esse projeto foi apresentado, em 2006, na Câmara Municipal de Vereadores e na Prefeitura Municipal, prevendo a doação do imóvel para o poder público, caso fosse aceito. No entanto, não houve interesse efetivo do poder público em levar adiante essa proposta.

### **Considerações finais**

Embora os dois processos de patrimonialização caracterizados não tenham ocorrido no mesmo período (o conjunto arquitetônico foi tombado em 1990 e a restauração completa da Academia Passo-Fundense de Letras ocorre a partir de 2001; o projeto de restauração do Clube Visconde do Rio Branco é apresentado aos poderes públicos em 2006), sua comparação pode revelar uma teia de significados culturais que envolvem discursos, práticas e valores que estão presentes na sociedade em questão. Retomando Geertz (1978), é possível observar um conjunto de

concepções, expressões e significados que permeiam a atribuição de valor aos dois casos e transformam as edificações em bens culturais, em lugares de memória para diferentes grupos na cidade.

A justificativa para o tombamento do conjunto arquitetônico que compreendia os prédios do poder público foi a preocupação em preservar uma memória dos acontecimentos políticos, como apresentou o vereador, era um "dever" proteger aqueles prédios. O conjunto foi transformado em patrimônio, portanto, um monumento intencional que evoca como valor histórico (RIEGL, 2013) o papel de liderança política daquele espaço. No que tange ao prédio da Academia, a principal questão que mobilizou opiniões entre os vereadores e diferentes entidades que se posicionaram a respeito foi a restauração (que acabou ocorrendo), e não sua simples reforma, e a ideia de preservar apenas a fachada foi vencida. As particularidades históricas e arquitetônicas aparecem como valor para preservar essa edificação, alinhadas ao "dever", sugerido pelo legislativo municipal, de preservar uma memória política da cidade. Outra razão que endossou a preservação do conjunto foi o intenso processo de modernização urbana enfrentado por Passo Fundo entre 1950-1990. Essa foi uma das primeiras iniciativas voltadas para o tombamento no município e impulsionou outros projetos que foram apresentados ao longo da década de 1990 (ver KNACK, 2013).

Sua transformação em um espaço cultural consagra aquele conjunto como um lugar de memória (NORA, 1993) de Passo Fundo. Ao instalar um museu, um teatro e uma academia de letras, o centro político passou a exercer uma função de centro cultural do poder público e se constituiu em uma referência espacial e cultural para os munícipes. Afirmar que o valor apresentado na justificativa do projeto de lei é aquele com o qual os sujeitos que interagem nesses prédios se identificam enquanto patrimônio não é tarefa do presente trabalho, mas a partir das iniciativas promovidas pelo museu e pelo teatro, que com frequência envolvem diferentes grupos da comunidade, é possível indicar que o valor de acontecimento político não é o principal elo de ligação daquele espaço com os passo-fundenses. Porém, foi a partir da iniciativa desse projeto de lei que o conjunto foi "ativado" (PRATS, 1998) como patrimônio do município e protegido legalmente.

A situação do Clube Visconde do Rio Branco teve um destino diferente. A iniciativa de Maria de Lourdes Isaias não logrou êxito. Embora o prédio estivesse em péssimas condições no momento em que seu projeto foi elaborado e entregue ao

poder público, seu estado não diferia muito daquele em que a Academia Passo-Fundense de Letras se encontrava. Basta observar a figura 1, onde é possível identificar que toda a estrutura do prédio da Academia teve que ser construída. O mesmo procedimento não foi executado em relação ao clube de descendentes de escravos da região. A percepção da história que fundamentou os tombamentos da década de 1990 é aquela que remete aos exemplares do progresso econômico e dos acontecimentos políticos, ignorando grupos que não se afirmaram no poder no município.

Os atores envolvidos no processo de tombamento do conjunto arquitetônico eram diferentes daqueles que se envolveram na busca pela patrimonialização do clube. Os mecanismos utilizados para preservação dos dois casos foi o mesmo (elaboração de um projeto e reconhecimento pelo poder público para criar um dispositivo legal de proteção), mas os representantes do movimento de afro-descendentes não conseguiram mobilizar os atores políticos para fazer valer sua intenção de preservar e construir um monumento, um lugar de memória para seu grupo. Enquanto em um caso ocorreu o despertar das edificações como bem cultural do município, o outro permanece ativo apenas na memória dos sujeitos e grupos que de alguma forma se envolveram com aquele clube.

O valor arquitetônico, que endossou o restauro da Academia de Letras, teve um peso maior que o significado atribuído ao Clube Visconde do Rio Branco no projeto analisado, que observava a importância dessa edificação para a memória daquele grupo na cidade. Prevaleceu, portanto, a memória forte dos grupos que dominaram a política local, associada (ou apoiada) ao caráter da singularidade arquitetônica. Concluindo, é importante ressaltar que os projetos de lei da década de 1990 preservaram edificações importantes para o estudo da história da região, e os questionamentos apresentados aqui não devem ser entendidos como uma condenação aos bens tombados, mas como uma reflexão sobre os valores que orientaram sua seleção. O saber especializado (a arquitetura, a história, etc.) não pode ser o único indicativo para preservação dos bens de uma comunidade, pois não são todos os seus membros que se identificam com esses valores.

## Referências

- BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução**. São Paulo: Abril Cultural, 1975.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CANDAU, Jöel. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- CANDAU, Jöel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. In: **Revista Memória em Rede**. Pelotas, v.1,n.1, 2010.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARVALHO, Haroldo Loguercio. Bens culturais, memória social e lugares da memória. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; FÉLIX, Loiva Otero. (Orgs.) **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 4.ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- DURHAM, Eunice Ribeiro. Cultura, patrimônio e preservação. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.) **Produzindo o passado estratégias de construção do patrimônio cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Políticas da memória e políticas do esquecimento. In: **Aurora revista de arte, mídia e política**. São Paulo. n.10, 2011.
- FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi. Entre memória e patrimônio: a difícil gestão do passado. In: **Historiae**. Rio Grande, v.3, 2012.
- FIORE, Renato Holmer. Arquitetura e Lugar. In: WICKERT, Ana Paula. (org.) **Arquitetura e Urbanismo em Debate**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2005.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- GOMES, Mércio Pereira. **Antropologia: ciência do homem: filosofia da cultura**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 7.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- ISAIAS, Maria de Lourdes. **PROJETO DE RESTAURAÇÃO CLUBE VISCONDE DO RIO BRANCO**. 2006. (Cedido por Maria de Lourdes Isaias).

- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Modernização do espaço urbano e patrimônio histórico**: Passo Fundo/RS. (Dissertação de Mestrado). Passo Fundo: UPF, 2007.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Questões sobre o patrimônio histórico de Passo Fundo/RS: 1990-2002. In: **Mouseion**. Canoas, n.14, 2013.
- KNACK, Eduardo Roberto Jordão. Patrimônio histórico e regimes de historicidade: pensando Passo Fundo. In: RÖSING, Tania Mariza Kuchenbecker; RETTENMAIER, Miguel. (orgs.). **Anais Comunicações do 13º Seminário Internacional de Pesquisa em Leitura e Patrimônio Cultural**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2016.
- LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 24.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.
- LEI Nº 3911 de 10 de Junho de 2002. (CâmaraMunicipal de Vereadores de Passo Fundo).
- MAFFESOLI, Michel. O imaginário é uma realidade? In: **Revista FAMECOS**. Porto Alegre, n.15, 2001.
- MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O passado no futuro da cidade**: políticas públicas e participação dos cidadãos na preservação do patrimônio cultural de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e história A problemática dos lugares. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo, n.10, 1993.
- O EXPRESSO JORNAL, Passo Fundo, Outubro de 2001.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Revistas Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas: 1989.
- POSSAMAI, Zita Rosane. O Patrimônio em construção e o conhecimento histórico. In: **Ciências e Letras**. Porto Alegre: Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras, n.27, jan/jun. 2000.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Entre lembranças e esquecimentos o Rio Grande do Sul nos lugares de memória. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. FÉLIX, Loiva Otero. (Orgs.) **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.
- POSSAMAI, Zita Rosane. Patrimônio e identidade: qual o lugar da história?. In: GASPAROTO, Alessandra; FRAGA, Hilda Jaqueline; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. (orgs.). **Ensino de história no CONESUL - Patrimônio cultural, territórios e fronteiras**. Porto Alegre: Evangraf/UNIPAMPA Jaguarão, 2013.

PRATS, Llorenç. El concepto de patrimonio cultural. In: **Política y Sociedad**. n.27, Madrid, 1998.

PROCESSO N° 043/90. Data: 05/04/1990. (Câmara de Vereadores de Passo Fundo).

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos e outros ensaios estéticos**. Lisboa: Edições 70, 2013.

TRAVERSO, Enzo. **O passado, modos de usar**. História, memória e política. Lisboa: Edições Unipop, 2012.

VIAECO. Passo Fundo, Maio de 2006.

VIEIRA, Sidney Gonçalves. Paisagem, patrimônio e memória urbana: a materialização da sociedade nas formas construídas. In: MICHELON, Francisca Ferreira; TAVARES, Francine Silveira (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaio sobre a diversidade cultural**. Pelotas: EditoraUFPel, 2008.

YOUNG, James E. **The texture of memory**. New Haven; London: Yale University Press, 1993.

ZAMIN, Frinéia. **Patrimônio cultural do Rio Grande do Sul a atribuição de valores a uma memória coletiva edificada para o Estado**. (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre: 2006.